

- Assegurar a preparação do envio dos processos de contraordenação para o órgão de autoridade judicial competente, em sede de execução ou recurso;
- Assegurar quaisquer outras funções de natureza jurídica e ou técnica que lhe sejam solicitadas, no âmbito das atribuições, competências e funcionamento do Município;
- Proceder à análise do Diário da República e à classificação dos textos que deverão ser do conhecimento das diversas entidades orgânicas, fazendo chegar às mesmas o número do diploma em causa e a sua data de publicação, via correio eletrónico;
- Aplicar e fazer cumprir os regulamentos;
- Prestar informações atempadas sobre projetos de diploma legais com interesse Municipal;
- Promover e atualizar juridicamente as normas, regulamentos, posturas, e os demais documentos legais da Câmara Municipal.
- Além destas atribuições, compete ainda a este serviço exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem cometidas por lei ou determinação superior.

## **SUB-CAPÍTULO II | UNIDADES E SUBUNIDADES ORGÂNICAS**

### **SECÇÃO I | DIVISÕES**

#### **Artigo 18.º | Unidades orgânicas**

Esta Câmara Municipal é composta pelas seguintes unidades orgânicas:

- Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial (DAFP);
- Divisão de Obras, Serviços e Ordenamento do Território (DOSOT)<sup>2</sup>;
- Divisão de Desenvolvimento Local (DDL);

### **SECÇÃO II | DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

#### **Artigo 19.º | Atribuições da Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial**

Esta unidade orgânica é constituída pelas seguintes subunidades orgânicas:

- Contabilidade e Gestão Orçamental (CGO);
- Património e Contratação Pública (PCP);
- Recursos Humanos e Formação (RHF);
- Organização e Arquivo (OA);
- Informática, Tecnologia e Comunicação (ITC);
- Tesouraria (TES);

#### **Artigo 20.º | Contabilidade Gestão e Orçamental**

A esta subunidade orgânica compete:

- Coordenar e controlar toda a gestão financeira e orçamental da Câmara Municipal;

---

<sup>2</sup> Esta unidade orgânica foi criada aquando da 1.ª alteração à Estrutura dos Serviços Municipais, aprovada pelo órgão executivo em 9 de abril de 2013 e pelo órgão deliberativo em 24 de abril de 2013